

A Expedição Brayner e a tentativa de colonização portuguesa da Ilha de Trindade de 1783 a 1795*

Marcus Vinicius Macedo Cysneiros**

Em 15 de abril de 1700, pela primeira vez, tremulou nos rochedos de Trindade o pavilhão da cruz de São Jorge. O astrônomo inglês Edmund Halley, a bordo da corveta *Paramount Pink*, inaugurando a era das viagens científicas, dela tomou posse, em nome de Sua Majestade, o Rei Guilherme III, ignorando a precedência da descoberta portuguesa, em 1503.

Pode-se dizer que este ato, perpetrado pelo astrônomo-navegador, configura a primeira tentativa concreta de apropriação da Ilha de Trindade por parte da Coroa inglesa. Naquela mesma ocasião, o comandante do navio mandou soltar os primeiros casais de cabras e porcos, com o objetivo de fornecer carne e leite a eventuais naufragos. Coube, portanto, aos ingleses o primeiro ato efetivo de colonização da ilha, numa clara demonstração da sua estratégia de dominar as ilhas do Atlântico Sul e transformá-las em pontos de apoio às rotas oceânicas. Só não podiam prever que, passados mais de trezentos anos, as cabras continuariam dispersas na ilha, tendo devorado praticamente toda a sua vegetação nativa.

Mais tarde, em ofício de 5 de dezembro de 1722, o Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro, Ayres de Saldanha e Albuquerque, informava ao Secretário Diogo de Mendonça Corte Real sobre a chegada, na Ilha Grande, de dois navios ingleses, os quais procuravam contatar comerciantes da praça do Rio de Janeiro, a fim de estabelecer em Trindade um entreposto negreiro, ligando a costa da Mina ao Brasil.

Na época, a Ilha Grande, no litoral sul-fluminense, era um importante centro de recepção e comércio de escravos africanos, uma atividade extremamente rentável. Muitos ingleses estavam envolvidos no tráfico negreiro, em especial um certo Duque de Xambre, ligado à Companhia da Guiné, cujo nome aparece nos documentos da época.

No ano seguinte, o Vice-Rei e Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Estado do Brasil, Vasco Fernandes Cezar de Menezes, em carta de 31 de maio, informa ao Rei D. João V:

[...] ter-lhe, o Governador interino da feitoria de Ajuda, Francisco Pereira Mendes, avisado “de ter ido à I. de Trindade um paquete inglês botar gente em terra para a povoarem, o que não conseguira pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José do Lemedo lhe dar duas vezes caça” [...], acrescentando mais adiante que na “povoação da dita Trindade afirmam os ingleses estar empenhado o Duque de Xambre”, possuidor de grandes interesses na Companhia da Guiné. (Diretoria de Hidrografia e Navegação, 1969, p. 4).

Em conseqüência, por ofício de 22 de fevereiro de 1724, D. João mandou fortificar a praça de Trindade, providência que Ayres de Albuquerque não chegou a tomar.

A pressão cada vez maior exercida pela Inglaterra sobre a Ilha de Trindade, ao longo do século XVIII, não era um fato isolado. A Marinha britânica vinha atingindo um poderio considerável, defendendo interesses econômicos que se estendiam por toda parte, do Atlântico ao Índico, da América do Norte ao Extremo Oriente. Além disso, crescia o interesse pelas ciências naturais e, suspeitava-se, inúmeras terras ainda

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Major de Infantaria e de Estado-Maior.

estavam por ser descobertas no vasto Pacífico e nos gelados mares antárticos.

Assim, da mesma forma que os portugueses, numa primeira onda, haviam descoberto todas as ilhas existentes no Oceano Atlântico, entre o Equador e o paralelo 40° S, os ingleses, numa etapa posterior, bem mais preparados e equipados, fizeram algo parecido, descobrindo e tomando para si a posse de praticamente todas as ilhas ao sul do paralelo 40° S.

Mas não fizeram só isso. A Portugal, dono de vastas possessões na América, África e Ásia, era impossível ocupar, defender e controlar todas as suas colônias. Os espaços interiores do Brasil, de Angola e Moçambique, por exemplo, continuavam a ser enormes vazios populacionais. A Inglaterra valeu-se dessa deficiência e procurou, como também fizeram outras nações, ocupar todos os territórios disponíveis, assenhorando-se, entre outras coisas, das ilhas descobertas pelos portugueses no alvorecer quinhentista. E Trindade não pode ser vista fora desse contexto.

Em 28 de maio de 1775, o navegador inglês James Cook, explorador da Austrália e da Nova Zelândia, ao final da segunda de suas três grandes viagens pelos mares do sul, registra em seu diário de bordo a passagem pela Trindade.

No ano de 1781, os ingleses voltariam. Desta vez, como mostra Lobo (1919), dispostos a ficar:

[...] Desembarcaram no Porto do Príncipe e ali fundaram um forte a que, segundo Xavier de Brito, deram o nome de Forte da Rainha, mas que provavelmente foi baptisado com esse nome pelos portugueses, em 1783, e em honra a D. Maria de Portugal, tendo também construído várias casas pequenas, de cal e tijolo, e um depósito de material.

Em 19 de janeiro de 1782, quando na Europa, na América e nas Índias as esquadras britânicas e franco-espanholas canhoneavam umas às outras na guerra iniciada com a rebelião de George Washington, transpôs a barra da Guanabara a setia castelhana Jesus, Maria, José, e seu coman-

dante, o alferes de navio D. Juan de Romanet, apressou-se em divulgar a grave novidade de que era portador.

A Ilha de Trindade estava ocupada e fortificada por uma guarnição inglesa, que lhe fizera fogo ao tentar reconhecer o povoado que avistara na praia. Havia, também, uma embarcação de transporte fundeada nas proximidades.

O Vice-Rei do Rio da Prata, D. Juan José Vertiz, procurando tirar proveito da situação, propôs ao Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, unir as suas forças às luso-brasileiras para expulsar os intrusos, mostrando-lhe os riscos provenientes de uma presença inglesa tão próxima do litoral do Brasil.

Apesar de consciente do perigo, que não se restringia ao comércio do Brasil, uma vez que a Trindade era o ponto de partida para a demanda de Angola e estava no meio da rota das Índias, D. Luiz de Vasconcellos, prudentemente, recusou a oferta, comunicando-a ao Ministro D. Martinho de Melo e Castro que, de Lisboa, logo tomou as providências que a situação exigia.

O Governo português, preocupado com tais notícias, solicitou esclarecimentos ao seu representante junto à Corte da Inglaterra, Luiz Pinto de Souza, que confirmou toda a história. A respeito de sua investigação junto às autoridades inglesas, Pinto de Souza relata, numa carta a Lisboa, suas diligências e conclusões:

1 - Apenas recebi em 17 do passado a carta de V. Exa. relativa aos rumores que se tinham espalhado nessa Côrte, de se haver apoderado o Comandante Johnstone de uma Ilha nas Costas do Brasil; não perdi tempo algum em examinar a verdade do facto, empregando nessa diligencia todos os meios que se poderam descobrir. As primeiras tentativas não produziram mais effeito do que inducções prováveis fundadas nos mesmos rumores, que ahi se tinham espalhado; e nesta incerteza, julguei conveniente de não regeitar os mais que me vieram sugeridos, procurando uma conversação, algumas clarezas deste ministério [...]

Insistindo o representante português em suas buscas junto às autoridades inglesas, informa que:

[...] 3 - o Commandante Johnstone deixara na Ilha da Trindade o Capitão Daubergne que comandava a chalupa Shark, e mais 40 pessoas de Guarnição; fora algumas mulheres, gados e outros proventos; Que a referida Ilha se achava deserta, e sem vestígio algum de ter sido habitada; e - Que a sua posição era 21° 30' de latitude do Sul, e 28° 45' de longitude Oeste do Meridiano de Londres [...]

Mais tarde, Pinto de Souza teve a oportunidade de jantar na residência do próprio Comandante Johnstone, ocasião em que fica evidente a recorrente incerteza a respeito da Trindade:

[...] 5 - Daqui passou espontaneamente a fallar-me na Ilha da Trindade, que o Roteiro Portugues de Pimentel collocou em 20° 30' do Sul e a 110 legoas da Costa do Brasil; e puxando pelo Piloto da Índia, quis mostrar-me a sua posição assentando nos principios seguintes: Que todas as Ilhas, que jaziam naquellas paragens, eram denominadas pelos Geographos modernos debaixo do titulo colectivo de Ilhas de Martim-Vas as quaes se subdividem em duas a saber: Ascensão e Trindade: Que muitos davam tambem á primeira o nome de Trindade, suppondo que fosse huma só; o que elle não podia decidir, pelo não ter visitado; porém que para evitar de nomes, denominarão a que fica mais a Oeste; Ascensam, ou Trindade A; e a que ficava mais a Leste Trindade B; mas que nem huma nem outra sobreditas correspondiam na descripção que dava Pimentel com a Ilha que este tinha descoberto naquellas paragens, supposto jazesse com pouca differença na mesma latitude; porém a respeito da Longitude observada, teve toda a precaução de a não referir.- Entrando, porém, na descripção physica da mesma Ilha, disse-me; que era um rochedo sem prestimo e sem mais extensão do que a de 4 milhas em circuito; que não tinha acolhimento ou surgidouro proprio, sendo toda a costa hum fundo de recife que cortava em pouco tempo todas as amarras, e que por isso perdera alli huma

chalupa, e estivera em risco de perder toda a Esponha.[...] Finalmente que tinha sido obrigado a demorar-se alli algum tempo para fazer aguada, e para desembarcar a equipagem de huma Preza Franceza, que vinha perdida de Escorbuto, porém que vendose obrigado a partir, deixara alli aquella gente para ser transportada a Europa em huma Embarcação, da qual não havia até o presente o menor aviso; e por isso tinha já representado a este ministerio a necessidade de mandar-se informar da sua sorte [...]

Após conversarem longamente, o funcionário português pediu emprestado o Livro de Arte de Navegar de Pimentel, no que foi atendido. Analisando o material e comparando-o com outras informações a respeito de Trindade, começou a tirar suas próprias conclusões e a colocar em dúvida os esclarecimentos prestados pelo oficial inglês:

[...] A identidade dos nomes não causa embaraço; porque já observei a V. Exa. que o commandante Johnstone appellida duas ilhas com o mesmo nome de Trindade A e Trindade B; e he mais que provavel não ser a ilha mais oriental Trindade B, que o mesmo Johnstone descobriu, a mesma em que se desembarcou a gente, mas que seja esta a ilha mais occidental, Trindade A; e que a explicação que o referido commandante me fez no § 5o não fosse a esse respeito a mais sincera.[...]

Mais adiante, confirma a ocupação inglesa e sugere algumas providências.

[...] De tudo o deduzido se deve, pois, concluir que o commandante Johnstone, e o capitão Pasley visitaram duas ilhas no mar Brasileiro; a primeira (e mais oriental) na longitude de 8° - 24' ao occidente da ilha de Ferro; e a segunda em 11° grãos do mesmo meridiano fazendo ambas debaixo do mesmo paralelo de 20° - 30' ao sul da Linha. Que a primeira he que Johnstone denomina Trindade B e que pretende haver descoberto; e que a segunda (appellidade Trindade A ou Ascensão) he a propria que deixou guarnecida, e por consequencia a mais immediata ás costas do Brazil. Tendo porém verificado bem o facto a respeito da occupação de dita

ilha, pareceu-me conveniente não perder tempo em folhear sómente a este ministerio a respeito da sua evacuação apresentando-lhe sobre isso uma nota da qual remetteria cópia a V. Exa. pelo correio successivo. Deus guarde V. Exa. Londres, 4 de junho de 1782. – Illm. Exm. Sr Ayres de Sá Mello. – Luiz Pinto de Souza. (SOUZA, 1782).

Em 30 de junho de 1782, o Marquês de Valença, Governador da Bahia, oficiava ao Ministro Martinho de Melo e Castro, comunicando que em 17 daquele mês fundeara no Porto de Salvador o navio inglês *Jupiter*, transportando o Estado-Maior e a equipagem da fragata francesa *Felipina*, tomada a 180 léguas da Trindade pelos barcos ingleses. O documento confirma o que fora levantado por Luiz Pinto de Souza e, segundo Lobo (1919):

[...] Falla de um combate entre navios ingleses e francezes, a 180 leguas a este da Trindade. Venceram os inglezes, trazendo os prisioneiros doentes de escorbuto para a Bahia. Diz textualmente “que os Inglezes tem desembarcado nella cincoenta homens, e que a ficavam fortificando, tendo já levantado huma Bateria”.

Em 19 de julho, Lorde Grantham, atendendo aos protestos de Portugal, determinava ao Almirantado que fossem expedidas ordens para a evacuação da ilha. Como essas providências tardassem a ser executadas, o Governo luso foi além do campo diplomático, tomando algumas medidas de cunho bélico, com vistas a uma possível desocupação militar. Assim:

[...] logo após 20 de agosto suspendeu de Portugal para o Brasil a nau “*Nossa Senhora dos Prazeres*”, de 64 canhões (mais tarde batizada “*Afonso de Albuquerque*” e que chegou a fazer parte dos quadros da Armada brasileira) comandando-a na espinhosa missão o Capitão de Mar e Guerra José de Melo e transportando artilharia destinada à retomada da ilha. (GUEDES, 1972, p. 7).

No Brasil, em 24 de agosto, o vice-rei fazia sair, secretamente, a corveta *Nossa Senhora da Conceição* de Porto Salvo, sob o comando do Capitão Antônio da Costa Garcia, transportando o

Sargento-Mor João de Abreu Pereira, do Terço Auxiliar de São Gonçalo, a fim de reconhecer a ilha e informar-se a respeito dos ingleses.

O sargento-mor acovardou-se e, mesmo pressionado pelos demais oficiais a bordo, recusou-se a desembarcar, limitando-se a observar o forte inglês ao largo. Regressando ao Rio, desembarcou às escondidas, mas foi preso e teve suspenso o pagamento do soldo. Mais tarde, foi mandado libertar pela Rainha D. Maria I e eliminado do Real Serviço.

Apesar de não ter cumprido sua missão, o sargento-mor confeccionou um esboço da ilha, que foi anexado a um informe, entregue ao vice-rei logo do retorno da embarcação ao Rio de Janeiro, mais precisamente em 9 de outubro de 1782. Dois dias depois, D. Luiz de Vasconcellos assinava officio encaminhando toda a documentação ao Ministro Melo e Castro.

Em documento datado de 22 de agosto do mesmo ano, o Almirantado inglês determinava ao Comandante Philip D’Auvergne a evacuação da Ilha de Trindade. Esta mensagem chegou ao Brasil a bordo da fragata *Nossa Senhora da Graça*, que suspendera de Lisboa em fins de setembro, trazendo ordens para o Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Mello Brayner, encarregado de expulsar os ingleses.

Em 7 de dezembro de 1782, o Vice-Rei do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, investiu o Comandante Brayner de poderes para liquidar a questão, devendo “*principiar um estabelecimento*” e, caso o capitão inglês não acatasse suas ordens, “*dar hum golpe prompto e acertado*” (LOBO, 1919, p. 117).

A expedição Brayner era encabeçada pela nau *Nossa Senhora dos Prazeres*, acompanhada da fragata *Nossa Senhora da Graça* e três transportes. Conduzia grande quantidade de armas, munições e víveres, além de 150 homens de desembarque, comandados pelo Marechal-de-Campo José Raymundo Chichorro da Gama Lobo. Iam, também, seis casais de colonos açorianos, antes destinados a Angola e Santa Catarina.

A esquadra alcançou Trindade em 10 de janeiro de 1783, sem encontrar resistência. Logo se constatou que os ingleses haviam partido, deixando para trás, no Forte da Rainha, dois canhões de 12 polegadas, 9 de quatro polegadas e 4 pederneiros de meia libra.

O Almirantado parece ter mesmo reconhecido os direitos lusos sobre Trindade, determinando que seus homens a deixassem. Esses detalhes podem ser verificados em trechos da carta dirigida pelo vice-rei ao Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Mello Brayner em 7 de dezembro de 1782, contendo, inclusive, anexadas, ordens expressas vindas da Inglaterra para o comandante inglês, determinando a evacuação do local:

Tendo chegado á Real Prezença de Sua Magestade a noticia do Estabelecimento que os Inglezes tem feito na Ilha da Trindade, pertencente a estes Dominios, tomou a mesma Senhora a resolução de negociar com a Corte de Londres, com que a de Portugal se conserva na mais perfeita paz, e amizade, a pronta evacuação da referida Ilha, na qual he indisputavel o dominio que tem a Coroa de Portugal desde o seu descobrimento. Em consequência do que se derige do Almirantado da Grande Bretanha ao official que intruzamente comanda o dito estabelecimento a Ordem junta, que com esta entrego a Vossa Senhoria, em que se lhe determina a evacuação que immediatamente deve fazer da mesma Ilha. Logo que V.S. chegar ao porto della remetterá por hum dos seus officiaes a referida Ordem ao Comandante Inglez solicitando a sua execução pelo modo determinado por Sua Magestade, [...] recebendo Vossa Senhoria a seu bordo, e das mais Embarçaõens o dito Commandante Inglez, e mais Vassallos da Grande Bretanha que ali se acharem com tudo o que lhes pertence, e quizerem transportar, para serem conduzidos a este Porto com o melhor tratamento que Vossa Senhoria lhes puder fazer. (SOUZA, 1782).

Tendo nomeado o Sargento-Mor Manoel Rodrigues Silvano para servir como o primeiro comandante da Ilha de Trindade, o vice-rei expe-

diu, em 6 de dezembro de 1782, instruções pormenorizadas que revelam a clara intenção de Portugal em manter guarnecida a ilha:

Evacuada pelos Inglezes a Ilha da Trindade, pertencente a estes Dominios de Sua Magestade e entregues della os dous Chefes da presente Expedição, o Marechal José Raymundo Chichorro e o Capitão de Mar e Guerra José de Mello, o dito Marechal ha de fazer publicar a Vossa Merce Comandante da mesma Ilha, e estabelecimento que nella se pretende formar, em conformidade da Portaria de Nomeação que para esse fim lhe entreguei com da data de cinco do presente, e anno, na qual o declaro Sargento mor graduado, e comandante dela.[...] Os referidos dous Chefes tem a seu cargo regularem á vista do terreno o numero de Tropa de Infantaria, e Artilharia que ahi deve ficar destacada, com as competentes Pesas, munisons, petrechos, viveres, e mais provisoens proporcionadas ao Serviço della [...]

Nestas instruções, o vice-rei previra o envio de dois frades franciscanos, com a missão de proceder os serviços religiosos em favor da guarnição e dos colonos:

[...] A primeira, e principal baze em que Vossa Merce deve fundar a felicidade e augmento dessa nova Povoação, consiste em fazer respeitar a Religião, dando com o seu exemplo as melhores Instrussoens para todos o seos subditos seguirem, e observarem, como devem os inviolaveis preceitos da Santa Madre Igreja; com este fim, tenho destinado para ficarem nessa Ilha os dous Religiosos Franciscanos, que espero exercitem os obrigaõens do seu ministério com zelo da honra de DEOS, e do serviço de Sua Magestade cuidando em tudo quanto pertence a doutrina, bons costumes, e bem Espiritual desses habitantes [...]

Há, também, orientações a respeito de providências a serem tomadas em beneficio da defesa contra novas invasões:

[...] Ainda que me consta que os Inglezes construirão húa especie de Fortificação em que tem montada algúa artilharia; contudo, como ignoro

se essa qualidade de obra, tem algúia utilidade, ou prestimo, Vossa Merce examinara com o maior cuidado, e circunspesão os trabalhos que elles ahi fizerão para no caso de ser util essa mesma Fortificação a ficar guarnecendo a nossa Tropa, e se for absolutamente desnecessaria e de pouco ou nenhum prestimo, sempre convem que nos aproveitamos, e sirvamos dela emquanto Vossa Merce applica as maiores deligencias para se levantar interinamente de faxina, terra, e paos apique a em que se deve montar a Artilheria, e fazer o Quartel para a Tropa n'aquelle lugar que for mais defensavel, remetendo-me logo a Planta do que ahi achar construido, e dos projectos de todas as obras que se devem edificar [...]

Dentre diversas prescrições contidas no extenso e minucioso documento, merecem destaque aquelas voltadas para a subsistência de todos, o que reforça a intenção de colonizar e permanecer:

[...] hirá Vossa Merce municinando a cada individuo indistintamente que a sua Razão de Carne ou Peixe, Sal ou Farinha, e o mais que for necessario, fasendo-se esta distribuição com igualdade, e sem excesso ou desperdício. E como todas aquellas Pessoas que não forem comprehendidas no numero da Tropa, são socorridos pela Real Fazenda só emquanto pela sua industria, e trabalho não adquirirem meios para a sua subsistência [...] Deixo, porém, ao prudente arbitrio de Vossa Merce o meio termo que deve seguir nesta materia para regular, e escolher os Soldados que puder dispensar mais aptos, e robustos para serem empregados no trabalho da Lavoira que deve fazer hum dos principaes objetos deste estabelecimento, visto não haver logo no seu principio o numero proporcionado de cazaes, e de individuos que podem ocupar-se em semelhantes trabalhos [...] Nesta ocasião se remetem as ferramentas necessarias para a construsão, e para a lavoira, que Vossa Merce hirá distribuindo pelas pessoas proprias para hum e outro trabalho que ficão no Destacamento escolhidas de propozito; também vão sementes do que lembrou mais necessarias, e hirião muitas mais se se não ignorasse a

qualidade e fertilidade do terreno, e a abundancia, ou esterilidade das suas agoas, para com a experiencia das produsoens que ahi há, se poder formar conceito do que pode ser mais próprio para ese Paiz, onde Vossa Merce procurará conhecer, e distinguir os terrenos e o seu differente prestimo, e quaes são as Estaçoens mais proprias para os diferentes trabalhos da Agrigultura [...] Igualmente se deve considerar se será conveniente mandar algum gado, e de que qualidade para se não perder tempo nesta deligencia.[...] Para se poder pescar junto ao porto desa Ilha, vão duas canôas proprias com todo os preparos necessarios, e Vossa Merce me informará da utilidade que pode resultar desta deligencia, ou dos inconvenientes que advertir na pratica dela [...]

Mas, ao determinar uma análise do terreno, a fim de saber que culturas seriam mais apropriadas, verificou-se que os ingleses também se preocuparam com sua subsistência. Sabe-se que chegaram a plantar, pelo menos, alguns alqueires de milho:

[...] Este exame não será tão demorado como parece, porque das plantasoens que ahi teem feito os Inglezes, e do modo, e tempo em que as fizerão, se pode tirar hum grande, e pronto conhecimento, sendo para reflectir que há muita qualidade de plantas que tem tal semelhanse, ou analogia, que aonde hua produz bem, produzem as outras que são como diversas especies, comprehendidas dábaixo de hum só gênero [...]

Por fim, o vice-rei faz lembrar ao comandante da ilha a importância de sua missão e do território a ser mantido:

[...] Finalmente, depois de entregar ao cuidado de Vossa Merce o comando dessa Ilha, e esperar do seu zelo e inteligencia que saberá desempenhar as suas obrigaçoens debaixo das regras da Justiça, prudencia, e moderação, muito necessarias em hum novo estabelecimento em que apenas se principiou a lançar os primeiros fundamentos, no Real Nome de Sua Magestade positivamente lhe recomendo a conservação desse importante posto, para delle se não separar antes e defender, como se espera da sua honra. DEUS goarde a Vossa Merce. (SOUZA, 1782).

Em 16 de outubro de 1785, o célebre navegador francês Jean François de Galaup, Conde de la Pérouse, juntamente com seus afamados barcos *la Boussole* e *l'Astrolabe*, partindo de Santa Catarina, atingiu a ilha, onde alguns membros da expedição desembarcaram. Tal viagem tinha por finalidade completar as descobertas de Cook e investigar a possível existência de uma passagem setentrional entre o Atlântico e o Pacífico. De acordo com o *Voyage de La Pérouse Autour du Monde*, redigido por L. A. Milet de Mureau, os tripulantes de um escaler foram à terra e lá encontraram os membros da guarnição portuguesa. Estes, temendo nova invasão, exageraram as informações e afirmaram ser a tropa constituída por cerca de quatrocentos homens, reforçados por vinte peças de artilharia. Não foi permitido aos franceses percorrer a ilha e até mesmo ao botânico de bordo foi vedado observar a flora local.

A vida na pequena colônia não era fácil. A terra cultivável era limitada e de pouca profundidade. Constantes enxurradas arrastavam sementes e plantações pelas encostas íngremes. A distância para o continente era enorme, o que dificultava todo tipo de ligação e suprimento.

Essas e outras dificuldades fizeram com que o vice-rei determinasse a redução do efetivo do destacamento militar que, em 1789, contava com apenas 88 indivíduos. No ano seguinte, o primeiro comandante foi substituído pelo Capitão Cláudio José da Silva.

No ano de 1791, os colonos Francisco José da Silva Viana e José de Melo, juntamente com suas famílias, partiram para as terras férteis do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, outro capitão, Manoel José Pereira de Veloso, assumia o comando da guarnição.

Em documento datado de 1º de julho de 1793, D. José de Castro, Conde de Resende e novo Vice-Rei do Brasil, informado das precárias condições de vida da guarnição insular, propõe ao Governo português a sua desativação, por considerar a ilha um “*rochedo infructífero, sem ancoradouro, nem enseada, nem se podendo abordar, senão em umas pequenas canoas, que sempre vão expostas ao impeto das ondas muito elevadas em semelhante altura: E nestas circunstâncias sendo de pouca ou nenhuma utilidade*” (LOBO, 1919, p. 121).

Em 1794, o Capitão Domingos de Azevedo e Melo passa o comando da colônia ao Tenente João Cosme Damião.

Finalmente, o Príncipe Regente D. João – filho de D. Maria I, então inválida, que 13 anos depois chegaria ao Brasil com sua corte – concorda com a evacuação da ilha e em julho de 1795 uma fragata e uma corveta partem do Rio com esta missão. No dia 11 de outubro, todo o pessoal – alguns em estado de miséria –, material e artilharia estão de volta à capital. Com isso, Trindade entra em longa fase de abandono, restando apenas ruínas e túmulos, como o do soldado Antonio Miz, falecido e sepultado em 24 de setembro de 1783. ☪

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO (Brasil). Notícia histórica da Ilha da Trindade. Rio de Janeiro, 1969.
- GUEDES, Max Justo. *A ilha de Trindade: notícia histórica*. Rio de Janeiro, 1972.
- LOBO, Bruno. *A ilha de Trindade*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- SOUZA, Luiz de Vasconcellos. *Carta a Manoel Rodrigues Silvano*. Rio de Janeiro, 6 dez. 1782.
- Carta a José Raimundo Chichorro. Rio de Janeiro, 7 dez. 1782a.
- Carta a José de Mello Brayner. Rio de Janeiro, 7 dez. 1782b.
- Carta a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 20 dez. 1782.
- Carta a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 10 fev. 1783.
- Carta a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 19 fev. 1783.